

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS COMO ENTRAVES NA  
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

**MICHELLE CRISTINA DE MENDONÇA CARVALHO DAMASO**

ORIENTADORA: RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS

**MICHELLE CRISTINA DE MENDONÇA CARVALHO DAMASO**

**AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS COMO ENTRAVES NA  
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia Orientadora:  
Professora MSc Riane Natália Soares Vasconcelos

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MICHELLE CRISTINA DE MENDONÇA CARVALHO DAMASO**

### **AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS COMO ENTRAVES NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS (Orientadora)

---

GABRIELA SOUSA MELO MIETO (Examinador)

---

MICHELLE CRISTINA DE MENDONÇA C. DAMASO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

Dedico este aos meus amados pais:  
Carlos Roberto de Carvalho (*in memoriam*) e  
Maria Aparecida de Mendonça.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo maravilhoso dom da vida. Também ao meu esposo pelo apoio incondicional e compreensão. E a minha orientadora Riane Natália pela paciência e dedicação. Meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado incentivando-me nesta jornada.

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida em uma escola pública municipal com a finalidade de descobrir como as barreiras arquitetônicas interferem na inclusão de alunos com deficiência física. Para tanto foi feita uma prévia pesquisa bibliográfica sobre o tema a fim de fornecer embasamento teórico à pesquisa de campo realizada posteriormente. Nele estão contidas informações acerca da deficiência física, além da Inclusão como um processo necessário à uma educação de qualidade; apresenta também a questão da acessibilidade como um direito do indivíduo enquanto cidadão. O objetivo central do trabalho é investigar a importância da acessibilidade arquitetônica para a inclusão de alunos com deficiência física. Para tanto utilizou-se a metodologia qualitativa, desenvolvida através de entrevistas aplicadas à duas professoras da escola campo e à mãe da aluna alvo da pesquisa. Após a coleta e análise dos resultados obtidos constatou-se que as barreiras arquitetônicas prejudicam de forma significativa a inclusão escolar de alunos com deficiência física.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva- Acessibilidade- Deficiência Física- Barreiras Arquitetônicas.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANEE'S- Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

P.P. P – Projeto Político Pedagógico

MEC- Ministério da Educação e Cultura

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 -TABELA COMPARATIVA ENTRE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> -----	<b>09</b>
<b>I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> -----	<b>12</b>
1.1- Deficiência Física -----	<b>12</b>
1.1.1 - Tipos de deficiência física -----	<b>13</b>
1.1.2 – Fatores Etiológicos -----	<b>14</b>
1.2- Aspectos Históricos da Inclusão no Brasil-----	<b>15</b>
1.2.1-Integração versus Inclusão -----	<b>18</b>
1.2.2- Aspectos Legais da Inclusão no Brasil -----	<b>19</b>
1.3- Acessibilidade-----	<b>22</b>
<b>II. OBJETIVOS</b> -----	<b>28</b>
<b>III. METODOLOGIA</b> -----	<b>29</b>
3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia-----	<b>29</b>
3.2- Contexto da Pesquisa-----	<b>29</b>
3.3- Participantes-----	<b>31</b>
3.4- Materiais-----	<b>32</b>
3.5- Instrumentos de Construção de Dados-----	<b>32</b>
3.6- Procedimentos de Construção de Dados-----	<b>33</b>
3.7- Procedimentos de Análise de Dados-----	<b>33</b>
<b>IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> -----	<b>34</b>
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>45</b>
<b>APÊNDICES</b> -----	<b>47</b>
A – Roteiro de entrevista aplicada aos Professores -----	<b>47</b>
B – Roteiro de entrevista aplicada a Mãe da aluna -----	<b>49</b>
<b>ANEXOS</b> -----	<b>51</b>
A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Mãe da Aluna -----	<b>51</b>
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professoras -----	<b>52</b>

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa nasceu do desejo de compreender os aspectos relevantes a respeito da acessibilidade de uma aluna usuária de cadeira de rodas que frequenta a escola em que trabalho há oito anos; na verdade quando eu cheguei à escola, ela já estava cursando a alfabetização em turma de 35 alunos; então, é evidente que sua situação não era das melhores dentro da pequena sala, fato que se repetiu no ano seguinte e no outro. Enfim, pude perceber que as opções oferecidas a ela não eram muitas devido à falta de espaço adequado à realização de atividades extraclasse, mesmo havendo interesse por parte de professores e alunos não havia muitos meios para que essa interação ocorresse fora da sala.

Com o passar do tempo fui me aproximando dessa aluna inclusive indiquei para que ela fosse atendida na clínica de Orientação Educacional e Psicologia onde estagiei durante a graduação, porém devido à dificuldade no transporte ela compareceu poucas vezes. Através dessa aproximação foi crescendo meu interesse pelo assunto (acessibilidade), tanto na escola como fora dela. Apoiei a construção da rampa na entrada da escola de modo a facilitar a entrada da aluna que chega sempre ajudada pelos irmãos mais novos.

A questão me levou a uma demorada reflexão, então decidi pesquisar sobre o tema: As barreiras arquitetônicas como entraves no processo de inclusão de alunos com deficiência física, pois percebi que em seu cotidiano escolar essa aluna enfrenta as barreiras arquitetônicas existentes no local e ela que já se sente excluída, passando diversas vezes por situações constrangedoras dentro do espaço escolar.

Pensando nisso comecei a analisar as condições de acesso da escola, observando seu dia-a-dia e assim fui percebendo que não seria fácil para mim se estivesse em seu lugar.

O estudo e pesquisa sobre esse tema se fazem necessários visto que em nossa sociedade não existe mais espaço para a exclusão e o preconceito para com as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam elas físicas, cognitivas, ou de outra natureza qualquer. Dessa forma todos os órgãos públicos entre eles a

escola, devem oferecer condições efetivas de acesso a todo e qualquer cidadão que venha a necessitar dos seus serviços, independente de sua condição individual.

Na prática observamos que isso infelizmente ainda está longe de se efetivar principalmente no que tange às condições de acessibilidade, basta dar uma volta pela cidade e encontraremos lojas, cinemas, escolas entre outros estabelecimentos que não cumprem as normas de acessibilidade.

Assim devemos entender a questão da acessibilidade não como um problema exclusivo dos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE'S), mas como uma questão social e de interesse de todos os segmentos da sociedade.

Por esse motivo essa pesquisa se torna tão importante: pela necessidade de se refletir sobre a questão da acessibilidade no espaço da escola em questão, visto que as barreiras arquitetônicas têm se tornado obstáculos à inclusão de ANEE'S na mesma.

Neste trabalho aborda-se o assunto de forma humana e sensível mostrando um apanhado histórico sobre como era e como é vista hoje a questão da deficiência (com foco na mobilidade) em nossa sociedade. Além de estabelecer um paralelo entre a realidade da escola pesquisada e a realidade almejada para um ambiente inclusivo satisfatório no que se refere à acessibilidade.

Buscou-se identificar as barreiras arquitetônicas e os obstáculos existentes na escola em que a aluna, já mencionada, está matriculada, estabelecendo um paralelo sobre como tais obstáculos atrapalham sua inclusão no processo educativo.

Para tal, foram realizadas entrevistas às duas professoras da aluna e à sua mãe, de modo a transcrever como cada uma das partes se sente com relação à problemática da acessibilidade.

Após esses questionamentos foi proposto um diálogo acerca dos apontamentos que cada grupo (família, escola) tem sobre o que pode ser feito para que a situação possa ser melhorada e o que a escola e a família podem fazer de modo a contribuir para a inclusão de R. nessa escola (embora se tenha a ciência de que não se trata de uma pesquisa de intervenção). Esse diálogo serviu para reflexão sobre a importância das condições de acesso para a inclusão do cidadão com mobilidade reduzida.

O trabalho está dividido em V capítulos divididos da seguinte forma:

- I- Fundamentação Teórica
- II- Objetivos

III- Metodologia

IV- Apresentação dos resultados e Discussão

V- Considerações Finais

## I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 – DEFICIÊNCIA FÍSICA

No decreto nº 3.298/99 da legislação brasileira encontramos o seguinte conceito para deficiência física:

Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL,1999,p.1 ).

A deficiência física é a disfunção ou interrupção dos movimentos de um ou mais membros: superiores, inferiores ou ambos e conforme o grau do comprometimento ou tipo de acometimento fala-se em paralisia ou paresia (SOUZA, 1994).

As alterações no movimento podem se apresentar sob a forma de paralisia ou paresia. O termo *paralisia* se refere à perda da capacidade de contração muscular voluntária, por interrupção funcional ou orgânica em um ponto qualquer da via motora, que pode ir do córtex cerebral até o próprio músculo. E o termo *paresia* concerne ao movimento limitado ou diminuído no que diz respeito à força muscular, precisão ou amplitude do movimento. Isso quer dizer, que algumas pessoas com deficiência física não vão apresentar movimentos ou ter o movimento alterado em alguma ou muitas partes de seu corpo (GIL,SANTOS e BARBATO,2010,P.1).

De acordo com Schirmer (et.al., 2007) o comprometimento da função física poderá acontecer quando existe a falta de um membro (amputação), sua má-formação ou deformação (alterações que acometem o sistema muscular e esquelético).

Ainda segundo a autora:

Ainda encontraremos alterações funcionais motoras decorrentes de lesão do Sistema Nervoso e, nesses casos, observaremos principalmente a alteração do tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados). As terminologias “para, mono, tetra, tri e hemi”, diz respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo” (SCHIRMER et.al.,2007,p.22).

### **1.1.1-Tipos de Deficiência Física**

De acordo com o documento produzido pela Comissão de Estudos para a Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho (BRASIL, 2001,p.15) temos os seguintes tipos de deficiência:

Paraplegia- Caracteriza-se pela perda total das funções motoras dos membros inferiores.

Paraparesia- Caracteriza-se pela perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

Monoplegia- Caracteriza-se pela perda total das funções motoras de um só membro, seja posterior ou inferior.

Monoparesia- Caracteriza-se pela perda parcial das funções motoras de apenas um dos membros.

Tetraplegia- Caracteriza-se pela perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Triplegia- Caracteriza-se pela perda total das funções motoras de três membros.

Triparesia- Caracteriza-se pela perda parcial das funções motoras de três membros.

Hemiplegia- Caracteriza-se pela perda total das funções motoras de um hemisfério corporal (direito ou esquerdo).

Amputação- Caracteriza-se pela perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Paralisia Cerebral- Caracteriza-se pela lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central.

### 1.1.2- Fatores Etiológicos

Gil, Santos e Barbato citam alguns exemplos de patologias que costumam remeter a uma deficiência física:

- lesão cerebral (paralisia cerebral, traumatismo crânio-encefálico);
- lesão medular (tetraplegias, paraplegias);
- miopatias (distrofias musculares);
- patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, Mal de Parkinson);
- lesões nervosas periféricas;
- amputações;
- sequelas de politraumatismos;
- malformações congênitas;
- distúrbios dolorosos, posturais ou sequelas de patologias da coluna ou articulações dos membros (cifoses, hérnias de disco, artropatias, reumatismos);
- sequelas de queimaduras (GIL,SANTOS e BARBATO,2010,p.02).

É de grande importância para o professor conhecer as patologias apresentadas por seu(s) aluno(s) para estar bem preparado para atender suas necessidades especiais; nesse sentido a formação continuada do professor deve ser incentivada e bem amparada pela equipe gestora responsável pela comunidade escolar na qual o aluno encontra-se inserido.

Às vezes, o que pode parecer uma perda ou piora do quadro em um determinado momento de vida da pessoa é o esperado no curso de desenvolvimento da patologia.

Daí decorre a relevância de se buscar informações sobre a patologia e sua manifestação em uma determinada pessoa. Primeiramente, é importante conhecer alguma coisa sobre a patologia antes mesmo de receber o aluno. Assim que o professor for informado que há uma pessoa com deficiência física em sua sala de aula, deve buscar saber qual é a patologia com a qual o seu aluno convive. Isso pode ser feito de maneira simples: fazer breves pesquisas em *sites* que contenham informações médicas voltadas a pais ou a profissionais de diversas áreas (GIL,SANTOS e BARBATO,2010,p.02-03).

Conhecendo bem a patologia do aluno e sabendo quais são suas reais necessidades, o professor poderá então planejar atividades voltadas para atender de forma mais adequada o aluno em questão, de modo a produzir uma ação pedagógica individualizada e ao mesmo tempo eficaz por ter sido planejada tendo em vista aquele aluno em particular, suas dúvidas, anseios e necessidades cognitivas.

Existem inúmeras causas para a deficiência física em resumo podemos destacar as seguintes:

No adulto, a deficiência física pode resultar de um acidente vascular cerebral (derrame), de traumatismo craniano, de lesão medular ou de amputação.

Em relação às crianças, algumas se tornaram deficientes em decorrência de meningite, traumatismo craniano por uma queda muito forte, parada respiratória provocada por um choque anafilático (alergia a anestesia) durante uma cirurgia, malformações ocasionadas por remédios tomados pela mãe durante a gestação (seqüelas de talidomida, por exemplo) e outros problemas ( MEC,1998, p.58).

Conhecer quais são as causas da deficiência nos possibilita ajudar pais e alunos no tocante ao incentivo à prevenção, que ainda é a melhor forma de evitar que alguns tipos de deficiência continuem a se manifestar em nossa sociedade, medidas como: a vacinação adequada antes, durante e após a gravidez; suspensão no uso de álcool e drogas ( lícitas ou ilícitas); além da prevenção de acidentes com armas e quedas de alturas ( como o mergulho em locais desconhecidos), são cuidados simples que podem evitar a ocorrência de casos de deficiência física.

## **1.2- Aspectos Históricos da Educação Inclusiva**

Para compreendermos o processo da inclusão no Brasil é necessário que mergulhemos na história da humanidade em relação às pessoas com necessidades especiais. Olhando para trás vemos que historicamente a vida dessas pessoas foi marcada pela segregação, o preconceito e a exclusão muitas vezes envoltos por mitos e lendas mal interpretadas que resultavam na exclusão social dos indivíduos.

A forma de pensar e por conseqüência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e a pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser, modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas (ARANHA, 2005, p.07).

Os termos utilizados para identificar as pessoas com necessidades educacionais especiais são bem recentes começando a aparecer no século XX, antes disso eram vistas apenas como “doentes”, “aberrações”, “castigo divino”,

etc. Tais termos são o reflexo da sociedade preconceituosa e mal informada da época em questão.

Na Idade Média com o advento do Cristianismo, diferentemente do que era praticado na Antiguidade, tais pessoas não poderiam mais ser exterminadas ou abandonadas, pois essa atitude passou a ser considerada anticristã afinal esses indivíduos também eram considerados obras das mãos divinas. Porém isso não lhes garantia igualdade nas condições e direitos sociais, pois tal como na Antiguidade continuavam a ser marginalizados ou tratados como incapazes (ARANHA, 2005).

No século XIII começam a surgir alguns centros de auxílio à pessoa com deficiência. Contudo essas instituições não tinham interesse no desenvolvimento intelectual dos que eram confiados aos seus cuidados.

Somente a partir do século XVII a sociedade científica começa a enxergar nas várias deficiências suas causas orgânicas, o que representa um grande avanço no tratamento das pessoas com necessidades especiais, contudo as ações voltadas para o aspecto educacional de tais indivíduos ainda ocorrem de maneira muito tímida (ARANHA, 2005).

O primeiro paradigma formal identificado no Brasil a caracterizar a relação da sociedade com a parcela da sociedade constituída pelas pessoas com deficiência foi denominado Paradigma da Institucionalização, caracterizado pela retirada dessas pessoas de suas comunidades de origem e por sua manutenção em instituições residenciais segregadoras (SOUZA et.al.,2004,p.11).

Assim, asilos, hospitais e instituições religiosas foram se transformando em “depósitos” de pessoas deficientes, pois ainda não era desenvolvido nenhum tipo de tratamento médico ou psicológico que pudesse auxiliar o desenvolvimento físico-intelectual desses sujeitos.

A partir do século XX, diversos autores começam a debater e criticar o Institucionalismo assim como publicar obras que enfocavam o assunto e que chegavam à conclusão de que tal prática era ineficaz e inadequada às necessidades das pessoas com deficiência. Porém, apesar de tais discussões, não houve evolução significativa no sentido de acabar com essa prática isso só ocorrerá de fato na década de 60, onde diversos tipos de interesses impulsionarão a sociedade rumo à desinstitucionalização. Desse modo o período tornou-se marcante pela relação da

sociedade com a pessoa com necessidades educacionais especiais, incluindo às com deficiência. Dois novos conceitos passaram a circular no debate social: normalização e desinstitucionalização (ARANHA, 2005).

A chegada do capitalismo ao Brasil, mais especificamente na década de 60, provocou na educação especial uma mudança de paradigma, registrando-se a lógica da normalização. Essa época foi palco do surgimento de centros de reabilitação para todos os tipos de deficiência orientados pela oferta de serviços (SOUZA et al, 2004, p.12).

Com isso começa a aparecer o modelo denominado Integração, onde o indivíduo deve ser moldado até se aproximar o máximo possível do modelo considerado normal de forma a ser integrado aos grupos sociais: escola, família, sociedade, etc.

Esse modelo de atenção à pessoa com deficiência se chamou Paradigma de Serviços. Este se caracterizou pela oferta de serviços, geralmente organizado em três etapas:

- A primeira, de avaliação, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitaria ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
- A segunda, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;
- A terceira de encaminhamento (ou re-encaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida em comunidade.

(ARANHA, 2005, p.18-19).

Assim como o Paradigma da Institucionalização, o novo Paradigma de Serviços sofreu severas críticas quanto ao tratamento dado às pessoas com necessidades especiais devido ao seu caráter normalizador buscando fazer iguais todos os homens e tentando excluir as particularidades de cada um. Dessa forma, iniciou-se um movimento em defesa das diferenças de idéias e modos de agir, intensificando a busca pela igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais (ARANHA, 2005).

Nota-se nesse ponto o avanço já alcançado: de segregados à cidadãos com direitos, sem dúvida já representava um grande passo em prol da inclusão dos ANEE`S.

### **1.2.1- Integração versus Inclusão**

Nesse contexto de discussões e buscas por igualdade entre todos os cidadãos, surge o chamado "Paradigma de Suporte", caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis a todas as outras pessoas. (ARANHA, 2005.)

Cabe ressaltar que o paradigma pelo qual lutamos hoje é o da inclusão, como forma de construir uma sociedade mais digna, mais humana, em que todos aprendam com todos e em que o valor de cada um seja reconhecido em sua singularidade (SOUZA et al,2004,p.16).

Ainda segundo a autora:

As escolas inclusivas, portanto, propõem a constituição de um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em razão dessas necessidades. A inclusão gera uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola; mas apóia a todos: professores, alunos e pessoal administrativo para que obtenham sucesso na escola convencional (SOUZA et al *apud* MANTOAN,2004,p.17).

Algumas teorias orientam o processo de inclusão, a exemplo do que pode ser observado a seguir, com a Teoria do Meio Menos Restrito Possível (Integração) e a Teoria do Meio Mais Favorável Possível (Inclusão).

PARADIGMAS	TEORIA DO MEIO MENOS RESTRITIVO POSSÍVEL	TEORIA DO MEIO MAIS FAVORÁVEL POSSÍVEL
Educação	Todos os alunos na mesma escola, mas não necessariamente em uma mesma sala	Todos os alunos em sala de aula comum
Inserção da criança	Condicional à adaptação da criança, às expectativas e às exigências do meio	A meta é não deixar ninguém de fora. Inserção de forma mais radical
Diferenças	A busca pela homogeneização	As diferenças impulsionam as mudanças de comportamento
Serviços	Em atendimento segregado	Acionamento das redes de apoio
Modalidade	INTEGRAÇÃO	INCLUSÃO

Figura 1-Comparação entre inclusão e integração  
 Fonte: Souza et.al,(2004,p.18)

Podemos inferir, portanto, que na integração o aluno é o grande responsável pelo seu sucesso ou fracasso, pois ele deve se adequar ao meio fazendo o que for necessário para se tornar apto ao convívio social enquanto na inclusão as escolas e os profissionais devem buscar meios de responder as reais necessidades de seus alunos sejam elas quais forem, pois, afinal ele é o sujeito principal do processo educativo, buscando dessa forma valorizar as diferenças e combater a discriminação e o preconceito oferecendo dignidade e igualdade de direitos a todos os cidadãos.

### 1.2.2- Aspectos Legais da Educação Inclusiva

Um marco na luta pela inclusão ocorreu na Conferência Mundial de Educação Especial, formada por 88 governos, entre eles o Brasil, e 25 organizações internacionais em assembléia em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, onde foi reafirmado o compromisso para com a Educação para Todos. Essa declaração proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- toda criança possui características, interesses, habilidades necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Demanda que:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de

deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva (BRASIL, 1994,p.01 e 02).

A assinatura de tal documento significou muito para a inclusão no país pois trata-se de um compromisso público internacional não só para com os ANEE'S como para com a sociedade em geral, pois foi o despertar da necessidade de garantir educação de qualidade para todos independente de sua condição física, intelectual ou social.

Além da declaração de Salamanca podemos contar com outros inúmeros dispositivos legais que abordam o tema da inclusão (nem sempre utilizando este termo). Destacamos os seguintes:

**\*LEI N°4.024/61-** previa um capítulo dedicado à educação de excepcionais.

**\*LEI N° 5.692/71-** previa em seu artigo 9° "tratamento especial aos excepcionais".

**\*CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88-** artigos 208(atendimento aos portadores de deficiência, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino-RRE) e 207 (criação de programas e garantia de acessibilidade).

**\*LEI N° 853/89-** dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

**\*LEI N° 8.069/90-** Estatuto da criança e do adolescente (art.2º[a criança e o adolescente Portadores de deficiência receberão atendimento Especial] e art.5º[nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência...]).

\***LEI N° 8.742/93**, de 07/12/1993-(LOAS) Esta lei dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Em 30/11/98 a Lei nº 9720 vem trazer uma nova redação à Lei de 1993.

\***LEI N° 10.172/01**- aprova o Plano Nacional de Educação, com 27 objetivos e metas para educação de portadores de necessidades especiais.

\* **LEI N° 9.394/96**- estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional (art.4º[atendimento, preferencialmente, no ensino regular], art.58[serviços de apoio, oferecidos em classes, em classes, escolas ou serviços especializados, incluindo o ensino o ensino infantil de 0 a 6 anos] e o art.59[currículo adaptado, terminalidade específica, professores especialistas em educação especial para o trabalho]).

\* **RESOLUÇÃO N° 2**, de 11/09/200, institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica caracterizando-se como um dos documentos mais importantes na luta pela ratificação de uma educação inclusiva no Brasil (SOUZA et al, 2005, p.20).

Percebe-se, portanto que as leis já existem cabendo a nós cidadãos zelar e lutar para que elas sejam cumpridas de maneira a atender as necessidades de todos os indivíduos independente de sua condição física, intelectual, financeira, enfim, não importam as características individuais de cada um perante a lei somos todos iguais, desse modo poderemos construir uma sociedade justa e igualitária que prime pelo bem comum.

### **1.3- ACESSIBILIDADE**

Todos os órgãos públicos entre eles a escola, devem oferecer condições efetivas de acesso a todo e qualquer cidadão que venha a necessitar dos seus serviços, seja ele um indivíduo com necessidades especiais ou não.

Na prática observamos que isso infelizmente ainda está longe de se efetivar principalmente no que tange às condições de acessibilidade, basta dar uma volta pela cidade e encontraremos lojas, cinemas, escolas entre outros estabelecimentos que não cumprem as normas de acessibilidade.

Assim devemos entender a questão da acessibilidade não como um problema exclusivo dos ANEE'S, mas como uma questão social e de interesse de todos os segmentos da sociedade.

De acordo com a legislação brasileira, todo sujeito, incluindo aqueles que apresentam deficiências, tem direito ao acesso a educação, a saúde, ao lazer e ao

trabalho. Assim consiste em direito nosso enquanto cidadãos e dever do Estado zelar para que esses direitos sejam cumpridos.

a acessibilidade é um direito do cidadão assegurado por lei para que os portadores de deficiência tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social. Barreiras arquitetônicas interferem na vida destes podendo deixá-los a parte da convivência e vida social. ( LAMONICA, 2008, p.02)

Dessa forma ambientes que não são devidamente preparados para receber essas pessoas, podem contribuir para a exclusão das mesmas que acabam por se sentir as margens do contexto social.

De acordo com Lamônica (*apud* MANZINI et. al., 2003), acessibilidade compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados; entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais.

Para Bittencourt (et. al., 2004) um espaço construído, quando acessível a todos, e capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários.

Quase nunca notamos essas barreiras, ao entrarmos em um banco, numa escola ou em um restaurante, talvez por que elas não nos incomodem, pois podemos andar com nossas próprias pernas, mas elas existem, e basta você cair ou torcer um pé (e precisar imobilizar um dos membros) que com certeza irá notá-las nos lugares mais comuns e perceberá o quanto esses obstáculos atrapalham a vida de alguém que sofre de algum transtorno em suas capacidades transitória ou permanente.

A nossa Constituição (1988) prevê normas e adaptações que tratam da questão da acessibilidade:

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivos atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º. ( p.106)

Portanto, todo cidadão brasileiro deve ter seu direito de participar da vida em sociedade, de forma plena, assegurado para tanto existem as leis e os mecanismos de fiscalização que zelam para que as mesmas sejam cumpridas. E isso deve

ocorrer em todo e qualquer espaço público ou privado que seja de atendimento ao público.

De acordo com o decreto 5.296/04 que regulamenta as Leis 10.048 e 10.098 cabe a União, aos Estados, Municípios e o Distrito Federal melhorar as condições das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O decreto também estipula prazos para que as obras urbanísticas e os órgãos públicos se adaptem a realidade dos cidadãos no tocante à acessibilidade.

Sob a ótica da acessibilidade, ficam sujeitas a este decreto:

- A qualquer aprovação de projetos arquitetônicos ou urbanísticos, concessão de alvará de funcionamento e emissão de carta de “habite-se” deve ser atestado o atendimento às normas técnicas de acessibilidade, legislação específica e as regras contidas no Decreto. As normas de construção deverá ser baixadas pela autoridade competente.

Decreto nº 5.296/04: **Art. 11**

Lei nº 10.048/00: **Art. 4**

- Na aprovação de projetos de edificações de uso coletivo deve ser garantida e certificada a existência de rotas acessíveis que promovam acesso a todas as partes internas e de uso coletivo

Decreto nº 5.296/04: **Art. 18**

- Os programas nacionais de desenvolvimento urbano, os projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana incluirão ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação e informações devidamente adequadas às exigências do Decreto nº 5.296/04

Decreto nº 5.296/04: **Art. 69**

- As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigados a dispensar atendimento prioritário, o mesmo fica assegurado em todas as instituições financeiras.

Decreto nº 5.296/04: **Art. 5 ( BRASIL,2004,p.1).**

Esse decreto possui grande significado, pois a partir de sua criação o Governo através do Ministério das Cidades lançou o programa Brasil Acessível, que dispõe sobre a questão da acessibilidade desde a construção de obras, o transporte coletivo e outras condições de acesso. O caderno três do referido programa discorre em sua introdução acerca da acessibilidade:

A existência de barreiras físicas de acessibilidade ao espaço urbano acaba por impedir o deslocamento de pessoas com deficiência e outras que possuem dificuldades de locomoção. Um dos desafios colocados para todos os municípios brasileiros é a inclusão dessa parcela considerável da população na vida nas cidades. A acessibilidade deve ser vista como parte de uma política de mobilidade urbana que promova a inclusão social, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência e idosos, com o respeito de seus direitos fundamentais (2006,p.05).

O projeto possui o objetivo de apoiar estados e municípios na implementação de melhorias necessárias no tratamento de pessoas com problemas de acessibilidade, sendo tal projeto um marco em nossa sociedade visto que apesar de termos grande parcela da sociedade enquadrada de alguma forma como usuários de formas alternativas de acesso, pouco tendo sido feito nesse sentido, por exemplo: o decreto 5.296/04 foi criado em 2004 e até hoje, quase sete anos depois, muita coisa ainda permanece só no papel, o que é lastimável.

O projeto Brasil Acessível também prevê a realização de cursos com o intuito de preparar os diversos segmentos da sociedade sobre o tema, porém esses cursos, quando existentes, são pouco divulgados, deixando assim de chegar a quem realmente necessita deles.

Mais importante do que aplicar à risca os instrumentos legais vigentes é compreender as mudanças necessárias nos procedimentos, atitudes, comportamento e na produção dos espaços das cidades sejam eles de qualquer natureza, que deverão ser concebidos, edificados ou reformados tendo como foco as pessoas que são diferentes umas das outras. As normativas mencionadas acima discorrem sobre o direito ao acesso aos bens e serviços existentes na sociedade como o Direito de Cidadania e Dever de Estado, na perspectiva da inclusão e desenvolvimento dessa política no seio dos direitos humanos, com caráter universal, integral, equânime e com participação da sociedade organizada. (BRASIL,2006, pag.15).

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE) mostra que 14,5% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência o que totaliza cerca de 24,6 milhões de pessoas (BRASIL, 2005), nessa parcela não estão inclusos outros cidadãos que por algum motivo, temporário ou não, tiveram sua mobilidade afetada. Dessa forma, podemos imaginar o quanto este quantitativo é significativo em nossa sociedade e o quanto essas pessoas merecem não só a nossa atenção como a dos nossos governantes.

Percebe-se dessa forma que não são apenas as pessoas com necessidades especiais que merecem atenção especializada, mas também pessoas “comuns” que em alguns momentos podem precisar de apoio diferenciado.

Discutimos muito a questão da acessibilidade como direito subjetivo do cidadão, mas afinal o quê seria acessibilidade?

De acordo com o decreto federal nº 5.296/04 Art.8º: "Acessibilidade são as condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de

transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (2004, p.01).

E quais seriam as barreiras que impedem a acessibilidade? Ainda segundo o Art.8º do referido decreto:

Barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: barreiras urbanísticas, barreiras nas edificações e nos transportes e barreiras nas comunicações e informações (2004, p.01).

Sendo assim, qualquer estabelecimento ou órgão que possua barreiras está limitando as condições de acesso dos cidadãos. Percebemos que tais barreiras estão presentes em todos os lugares nas ruas, nas calçadas (quando existentes), nos banheiros de lojas e shoppings, nos prédios públicos ou não, afetando significativamente a vida das pessoas, dessa forma não basta que haja legislação a respeito do tema, é necessário que todos lutem para que as leis sejam cumpridas, seja através de fiscalização ou de reivindicações frente às autoridades competentes.

Todos os estados possuem o Ministério Público estadual, a maioria possui uma unidade específica para atender as pessoas com deficiência. São chamadas de Promotorias de Justiça em Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Mas o atendimento às pessoas com deficiência não se limita a essas promotorias especializadas; nas cidades do interior, em geral, há um Promotor ou Promotora de Justiça com essa atribuição. O Ministério Público Federal tem o dever de atuar em defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos em matérias da esfera federal, sempre que houver interesse público. Também é atribuição do MPF a fiscalização da implementação das leis federais ou tratados, acordos, convenções internacionais assinados pelo Brasil. Existem unidades do Ministério Público Federal em todas as capitais e em alguns municípios; nas capitais estão as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão, dentre uma de suas atribuições é a defesa dos direitos das pessoas com deficiência (BRASIL,2006,p.45).

Dessa forma, qualquer cidadão pode fiscalizar o cumprimento das leis brasileiras tendo também o direito de denunciar ao Ministério Público o seu descumprimento ou violações por parte de quaisquer segmentos sociais: escolas, igrejas, clubes e outros espaços de uso coletivo, pois somente quando tomarmos conhecimento da força que temos e começarmos lutar por nossos direitos eles serão cumpridos efetivamente.

A inclusão exige igualdade nas condições de acesso a todos os bens sociais e quando certas questões ligadas à acessibilidade são descumpridas esse direito é

violado gerando assim a exclusão social, ainda que velada ou mascarada através de programas assistencialistas e/ou governamentais, mas que causam grande impacto na vida de quem realmente precisa ser incluído, pessoas que diariamente passam por constrangimentos ao visitar locais públicos ou que necessitam usar o transporte coletivo, local onde pode-se perceber o despreparo e a ignorância de profissionais que acreditam que seu trabalho está sendo perturbado ao ter que ajudar uma pessoa com deficiência física a subir para o ônibus, além é claro da reclamação de alguns “bons cidadãos” sobre a demora em prosseguir a viagem.

È, realmente ainda temos um longo caminho a percorrer em busca da inclusão e uma grande luta a travar contra a exclusão, mas cabe a nós profissionais da educação enquanto formadores de opinião mostrar para os nossos alunos o caminho a ser seguido em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

## II - OBJETIVOS

### **Objetivo geral**

Investigar a importância da acessibilidade arquitetônica para a inclusão de alunos com deficiência física.

### **Objetivos Específicos**

- Apresentar o conceito da deficiência física, os principais tipos e características, a etiologia e prevenção.
- Apontar alguns conceitos de educação inclusiva, sua trajetória histórica e marcos legais.
- Apresentar o conceito de acessibilidade apontando sua importância para a inclusão da pessoa com deficiência física.
- Investigar os pontos dificultadores, do ponto de vista arquitetônico, da inclusão de uma aluna com deficiência física, em escola pública regular de um município do estado de Goiás.

### **III – METODOLOGIA**

#### **3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia**

O presente trabalho constitui-se como um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa sobre o tema "As barreiras arquitetônicas como entraves a inclusão escolar de uma aluna com deficiência física".

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com duas professoras da escola campo, além da mãe da única aluna deficiente física da escola, até o momento.

Segundo Ludke (1986, p. 11): "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento".

Foram observados os espaços da escola de modo a investigar as barreiras arquitetônicas existentes no local, que funcionam como pontos dificultadores para inclusão dessa aluna no ambiente escolar.

Além dos dados coletados em campo, para este trabalho foi desenvolvida prévia pesquisa bibliográfica visando um melhor entendimento sobre o tema abordado.

#### **3.2 – CONTEXTOS DA PESQUISA**

A instituição escolar onde foram coletados e construídos os dados está localizada em um bairro na periferia de um carente município do entorno do Distrito Federal, pertencente ao estado de Goiás. O bairro abriga em sua maioria pessoas oriundas das regiões Norte e Nordeste do país, pessoas simples que se deslocam todos os dias para trabalharem em Brasília e DF, grande parte em construção civil (homens) e comércios e residências (mulheres). Essa é a clientela atendida pela

escola: crianças que em sua maioria passam o dia sós, na companhia de irmãos mais velhos ou sob cuidados de avós, tendo pouca participação de seus pais no tocante a sua vida escolar, fato evidenciado nas reuniões de pais e mestres e comemorações escolares.

Desde que foi inaugurada em 2001 a escola funciona nos períodos matutino e vespertino atendendo (em 2011) um total de 480 alunos, a instituição oferece apenas a primeira fase do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Possui 7(sete) salas de aula, sendo que nenhuma possui adaptações necessárias a inclusão de alunos com mobilidade reduzida. Além de serem pouco amplas e estarem muito cheias o que impede a livre movimentação da cadeira de rodas, os banheiros também não são adaptados, não possuem local próprio para higienização ou troca de fraldas e/ ou roupas; o bebedouro de água é alto impossibilitando sua utilização independente por parte dos ANEE's com o uso da cadeira de rodas; o mesmo acontece com o lavatório. A única rampa existente fica na entrada principal da escola.

Não existe dentro da escola, quadra coberta ou qualquer outro lugar em que possam ser desenvolvidas atividades desportivas com a participação de alguém com deficiência física; algumas vezes as professoras utilizam uma quadra que fica ao lado da escola, porém a locomoção não é muito fácil, devido ao terreno (desnivelado), fato que acaba desencorajando grandes aventuras fora do espaço escolar.

Em 2010 a instituição passou a contar com uma sala multifuncional que possui alguns materiais de apoio para o trabalho com os ANEE's (jogos, computador, televisão, livros entre outros), porém a sala, que conta com uma Orientadora, não atende apenas os alunos da escola mas à alunos de cinco escolas o que faz com que os atendimentos oferecidos sejam esporádicos inviabilizando melhores resultados.

### 3.3 – PARTICIPANTES

Durante o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa houve a aplicação de entrevista a duas professoras que atendem uma aluna com deficiência física, assim como aplicação de entrevista á mãe da aluna em questão. A professora regente (aqui chamada A) é habilitada em magistério, graduada em química e atualmente cursa uma especialização em orientação educacional.

A professora dinamizadora (aqui chamada B), que atende a turma em que a aluna está inserida, também respondeu a entrevista apresentada, colaborando na medida em que lhe foi solicitado.

A aluna pesquisada aqui chamada de R. é de uma família muito humilde de baixa renda, sendo que as 6(seis) pessoas residentes na casa sobrevivem com o benefício recebido por ela que é de 1(um) salário mínimo. A mãe que também foi entrevistada cursou apenas o ensino fundamental (incompleto). A aluna cursa o 4º ano do ensino fundamental, embora ainda não seja alfabetizada; dois irmãos ainda cursam o ensino fundamental e outros dois pararam de estudar, o pai não pôde ser entrevistado, pois encontra-se preso, cumprindo pena em regime fechado.

A aluna é a quarta filha do casal (num total de cinco), segundo informações da mãe a filha “*nasceu normal e não tinha nenhum problema de saúde*”, porém antes de completar um ano de vida começou a apresentar diversos problemas na coluna vertebral, nos membros inferiores, no intestino e bexiga, ficando constantemente internada.

Durante esse longo período de internações, R. foi submetida a várias intervenções cirúrgicas e perdeu totalmente o controle do esfíncter. Por essa razão ela usa fraldas e chega a ficar todo o período da aula ( quatro horas) com a mesma fralda pois a escola não dispõe de local apropriado para higienização.

Assim todos os dias professores e demais alunos da sala tem que conviver com o mal cheiro advindo das necessidades fisiológicas da referida aluna, fato que lhe deixa constrangida pois ela já completou dezesseis anos e entende que esse forte odor incomoda os colegas e as professoras.

Por esse motivo, R. evita o contato mais próximo com os colegas, embora seja sempre motivada pela professora a participar de todas as atividades em sala. Somente na hora de ir ao pátio lanchar ou beber água é que ela aceita a ajuda dos colegas pois não consegue se locomover bem sozinha e não alcança o bebedouro de água.

A coordenadora da escola em questão ofereceu todo o suporte para a realização da pesquisa como disponibilização de local para as conversas, mediação entre família-aluna-pesquisadora tanto ela quanto a maioria dos docentes lotados na já mencionada instituição de ensino possuem formação em nível superior, algumas já são especialistas em áreas afins á pedagogia.

Eu que nesse momento assumi o papel de pesquisadora também faço parte dessa equipe pedagógica há sete anos, tempo que tenho convivido com R. embora nunca tenha sido sua professora, sou formada em Orientação Educacional e Supervisão Escolar, já fiz vários cursos na área da inclusão, pois esse é um projeto de vida para mim.

### **3.4 - MATERIAIS**

Durante a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

\* Roteiros de Entrevista

\*Termo de Consentimento Livre Esclarecido

### **3.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS**

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram os roteiros de entrevistas onde a pesquisadora propôs aos entrevistados fazer a leitura das perguntas para que essas fossem respondidas oralmente pelos participantes e redigida com, fidelidade, pela pesquisadora.

Tal dinâmica foi bem aceita pelos participantes dada a proximidade da pesquisadora com a comunidade escolar em questão.

A escolha dos tópicos das entrevistas está embasada no tema da presente pesquisa, buscando assim evitar o distanciamento dos objetivos propostos.

### **3. 6 - PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS**

O tema da pesquisa serviu de norte à construção das questões que seriam utilizadas durante as entrevistas, assim como a pesquisa bibliográfica realizada com o intuito de oferecer embasamento teórico aos dados da presente pesquisa. As questões foram produzidas tendo em vista os objetivos gerais e específicos propostos no início do trabalho.

Nos instrumentos de pesquisa desenvolvidos foram feitas perguntas voltadas para o tema da acessibilidade com facilitador da inclusão, sobre como o professor vê a questão da acessibilidade arquitetônica na escola pesquisada, se existem ou não recursos financeiros destinados a este fim, por fim, como a escola atua no sentido de reduzir ou sanar os prejuízos causados por essas barreiras arquitetônicas.

A mãe da aluna foi questionada sobre a questão da acessibilidade na escola, suas sugestões para melhoria das condições e eliminação das barreiras e sobre como tais barreiras prejudicam a vida acadêmica e social da aluna.

Além das entrevistas foi feita a observação da aluna em seu cotidiano escolar com o intuito de verificar sua interação com os colegas, professores e demais membros da comunidade escolar, assim como sua participação nas atividades escolares.

### **3.7- Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados obtidos como resultado da pesquisa realizada na escola campo foram analisados à luz da bibliografia consultada para este fim tendo por base o paradigma da inclusão pelo qual lutamos hoje visando à garantia de uma educação de qualidade para todos os cidadãos quer sejam deficientes ou não.

## IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo traz os resultados obtidos com pesquisa de campo; trata-se de um momento de crucial importância, pois é aqui que constataremos se os objetivos propostos foram ou não alcançados.

A escola pesquisada conta com um total de dez professores e atende a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, porém foram entrevistadas apenas duas professoras (regente e dinamizadora) por lidarem mais de perto com a aluna alvo da pesquisa.

### 4.1- Dados coletados e comentados

Os dados obtidos com a realização da pesquisa apresentam aspectos importantes sobre a acessibilidade e as barreiras arquitetônicas.

A seguir serão apresentadas as perguntas realizadas e suas respectivas respostas, assim como a análise dos resultados.

#### **Entrevista aplicada às professoras:**

**Questão 1:** A falta de acessibilidade pode interferir na aprendizagem dos alunos com deficiência física? Justifique.

Professora A: *“Sim. Eu acredito que na medida em que o aluno não se sente aceito na escola ele fica desmotivado para aprender.”*

Professora B: *“Sem dúvida que sim, pois se o aluno não consegue ter uma vida independente dentro do espaço escolar ele não sente confiança na escola e isso atrapalha seu desempenho.”*

Observamos que ambas as professoras concordam que a questão da acessibilidade prejudica a aprendizagem do aluno com deficiência física.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: *“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos,*

*cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001, p.01 ).”*

**Questão 2:** A escola em que você atua esta fisicamente preparada para receber os alunos com deficiência física? Justifique.

Professora A: *“Infelizmente não. A escola não possui nenhuma adaptação pra receber esses alunos nem no banheiro o aluno pode ir sozinho pois a porta não cabe a cadeira de rodas.”*

Professora B: *“Não. Eu já trabalho aqui há sete anos e nunca houve nenhuma mudança além da construção de uma pequena rampa ali na entrada.”*

Podemos verificar que apesar de a adaptação de logradouros públicos já estivesse presente em nossa Constituição promulgada em 1988, ou seja, treze anos atrás, alguns órgãos públicos ainda não atentaram para a necessidade urgente de que essas adaptações sejam feitas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo entre outros pontos: acessibilidade urbanística,arquitetônica,nos mobiliários e equipamentos,nos transportes,na comunicação e informações;(MEC/SEESP,2007,p.8).

**Questão 3:** A equipe gestora da instituição está preocupada com a questão da acessibilidade no prédio escolar? Justifique.

Professora A: *Sim. “Elas até tentam fazer alguma coisa a esse respeito mas não possuem autonomia e recursos financeiros para fazer mudanças na escola.”*

Professora B: *”Acho que não pois eu nunca fiquei sabendo de atitudes delas sobre isso, pelo menos eu nunca vi ninguém tomando atitude nesse sentido.”*

Nesse ponto as opiniões das duas professoras divergem sobre o assunto, deixando claro que o tema não é discutido com o grupo como deveria ser pois as informações que ambas possuem sobre o assunto são contraditórias.

A comunidade escolar deve caminhar lado a lado no tocante a discutir os assuntos de interesse do grupo e tomar as medidas cabíveis para que ações que não estão surtindo efeito possam ser repensadas e refeitas quando se julgar necessário.

A gestão escolar precisa tomar a iniciativa quando um aluno com necessidades especiais é matriculado, fornecendo a assistência necessária, respondendo aos desejos dos pais, formando um grupo de especialistas para aconselhamento, coordenando e definindo as responsabilidades de todas as partes e desenvolvendo os métodos de trabalho da colaboração (PACHECO et,al, 2007, p.87).

Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica. Não é uma categoria exclusivamente de responsabilidade dos professores especializados que atuam no AEE. No entanto, são os professores especializados, apoiados pelos diretores escolares, que levantam as necessidades de acessibilidade arquitetônica do prédio escolar (SCHIRMER et al,2007,p.105).

**Questão 4:** Existe ou já existiu algum investimento financeiro voltado para a adaptação do prédio escolar para atender as necessidades dos alunos com deficiência física?

Professora A: *“Bom, desde que eu entrei aqui nunca tinha chegado verba pra isso não, mas esse ano como a escola recebeu uma sala de recursos para atender essa e outras escolas o governo mandou uma verba (acho que R\$14.000), mas as obras ainda não começaram.”*

Professora B: *“Desde o ano passado quando a sala de recursos começou a funcionar chegou um assunto aqui na escola que seria liberada uma verba para ser gasta em acessibilidade mas ela só chegou em janeiro desse ano e ainda não foi feito nada com o dinheiro,acho que nem sabem por onde começar são tantas coisas...”*

Nota-se na fala das professoras que em nenhum momento elas acreditam que a verba para a acessibilidade chegou a escola pela aluna deficiente física mas sim por causa da sala de recursos recém implantada no local, infere-se que caso essa sala não existisse essa escola não receberia, tão cedo, verbas para adaptações arquitetônicas. Para Rodrigues (1996,p.50) “o dirigente político que deseja conduzir a sociedade a um objetivo bem determinado, deve procurar estabelecer objetivos os mais altos possíveis e impulsionar a sociedade naquela direção a fim de colocar alvos difíceis e não se limitar aos considerados viáveis.”

A Constituição federal também prevê que em seu artigo 227 que:

“§ 2º – A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” e o artigo 244 define que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL,1988,p.102).

**Questão 5:** O Projeto Político Pedagógico da escola contempla em algum momento a questão da acessibilidade dos alunos com deficiência física?

Professora A: *“Não. Ele trata da questão da inclusão de um modo geral, não traz nada específico sobre a acessibilidade embora tenhamos uma aluna cadeirante matriculada na escola há mais ou menos sete anos.”*

Professora B: *“Eu participei da elaboração dos dois últimos e não foi mencionado nada sobre a questão da acessibilidade, mas a escola assumiu uma postura inclusiva nos dois P.P.P. dos quais eu participei da elaboração.”*

Neste ponto a fala das professoras deixa evidente que apesar de “assumir uma postura inclusiva”, a questão da acessibilidade não é mencionada na proposta pedagógica da escola, tal posicionamento omissivo é lamentável visto que o referido estabelecimento de ensino atende já há alguns anos uma aluna com deficiência física que necessita de adaptações arquitetônicas e que sofre com as barreiras existentes no ambiente escolar.

**Questão 6:** Em sua opinião que tipos de prejuízos as barreiras arquitetônicas da escola podem trazer ao aluno com deficiência física?

Professora A: *“Eu acho que a pessoa se sente excluída pois percebe que aquele espaço não foi planejado pensando em sua inclusão, é como se não contassem com a sua presença naquele ambiente. Também tem os prejuízos acadêmicos pois o aluno deixa de participar de muitos eventos como jogos, brincadeiras, passeios...”*

Professora B: *“Bem, o aluno sofre emocionalmente por se sentir discriminado pelos professores e colegas quando não consegue desenvolver as mesmas atividades que os demais e ao não conseguir se locomover dentro da sala e fora dela sozinho ele se sente frustrado e muitos chegam a desistir da escola por achar que ela não tem nada a oferecer.”*

Embora tenham pontos de vista distintos as professoras concordam quando apontam em sua falas os prejuízos emocionais que o aluno sofre por não ser incluído de forma eficaz no ambiente escolar. Dessa forma, experimenta sensações de frustração e abandono por parte da escola, fato que não ocorreria se ele se sentisse aceito e incluído dentro deste espaço.

Todos os ambientes devem ser desenhados de forma a não segregar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a integração entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. Desta forma, ambientes e equipamentos adaptados não devem ser isolados dos demais espaços, possibilitando o uso independente, na medida do possível, por indivíduos com habilidades e restrições diferentes (SCHIRMER et al, *apud* DISCHINGER, 2007, p.106).

**Questão 7:** No caso específico de sua aluna com deficiência física, quais foram as dificuldades encontradas do ponto de vista arquitetônico e como a escola atua frente à superação dessas barreiras?

Professora A: *“Ela enfrenta dificuldades para chegar à escola necessitando da ajuda da mãe ou dos irmãos, a sala de aula é muito pequena e cheia então ela não pode se locomover com a cadeira, no pátio existe um lavatório e um bebedouro*

*refrigerado para uso dos alunos, mas ela não consegue alcançar precisando da ajuda dos colegas, por não ter espaço e materiais ela não participa dos jogos fora de sala.”*

*Professora B: “Ela não consegue entrar e sair sozinha da sala, pois as portas são estreitas, o banheiro não possui fraldário nem tem ninguém que possa trocar a fralda dela, a sala não foi adaptada então é cheia e apertada dificultando sua movimentação, ao existe um lugar em que ela possa se exercitar ou se divertir... ai, acho que tem muita coisa para ser feita para que ela possa ser atendida de forma satisfatória pois nem eu me sinto preparada para trabalhar com ela.”*

Nota-se que as professoras demonstram preocupação em relação às dificuldades enfrentadas pela aluna em seu ambiente escolar, pois conseguem analisar e perceber os momentos e locais onde essas dificuldades são maiores, evidenciando através de suas opiniões pessoais as barreiras existentes dentro e fora da sala de aula.

Deixam claro que as barreiras arquitetônicas têm dificultado o processo de inclusão dessa aluna além de prejudicar seu desempenho; a professora B em um desabafo chega a admitir que não se sente preparada para trabalhar com essa aluna, o que nos leva a conclusão de que para que a inclusão ocorra de verdade é preciso muito mais que leis e discursos é preciso preparar de forma efetiva gestores, professores e pessoal de apoio, além de promover as adaptações físicas necessárias nos ambientes escolares.

Sabemos que os prédios escolares não apresentam acessibilidade espacial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderem esse direito. É preciso fazer uso da legislação para que de fato nossos ambientes escolares se transformem em ambientes acessíveis e conseqüentemente acolhedores. Paralelamente ao seu ingresso pode-se observar a falta de acessibilidade espacial na quase absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência.

Se nosso objetivo é a participação efetiva de alunos com deficiência nas atividades escolares, faz-se necessário um ambiente adequado para garantir essa participação.

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente, numa parceria constante entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia dentro de uma perspectiva ampla

de inclusão. É preciso verificar as necessidades específicas oriundas de cada tipo de dificuldade motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla (SCHIRMER et al,2007,p.105).

## **ENTREVISTA COM A MÃE DA ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

**Questão 1:** Há quanto tempo sua filha estuda na escola atual?

Mãe: *"Desde que ela tinha nove anos, então tem uns sete, oito anos."*

**Questão 2:** Durante esse período houve mudança com relação à acessibilidade que facilitasse a vida escolar de sua filha?

Mãe: *"Não. Ah! houve a construção de uma rampa no portão pequeno."*

**Questão 3:** Que mudanças foram essas?

Mãe: *"Só a rampa e também trouxeram uma mesa diferente para ela."*

**Questão 4:** Em sua opinião as adaptações do prédio escolar facilitariam de alguma maneira a aprendizagem de sua filha? Como?

Mãe: *"Sim. Ah! Podia ter um lugar de trocar fralda ai ela ia ficar limpinha. E podia ter lugares para fazer atividades e exercícios."*

**Questão 5:** Que mudanças você sugere para o prédio escolar?

Mãe: *"Rampa no portão de entrada, porta maior no banheiro e nas salas, bebedouro de água mais baixo, banheiro para deficiente, só consigo lembrar isso."*

**Questão 6:** Alguma vez a senhora ou alguém de sua família tomou atitudes referentes às mudanças necessárias no prédio escolar,por exemplo procurou a escola ou as autoridades competentes para solicitar providências nesse sentido?

Mãe: *“Não. Ah! Ela não aprende mesmo só está aqui para socializar. Não adianta ficar correndo atrás dessas coisas.”*

**Questão 7 :** Em algum momento a falta de acessibilidade prejudica ou prejudicou a vida de sua filha dentro e fora da escola?

Mãe: *“Ih! Todos os dias: no ônibus, na escola, na rua, nos bancos em todo lugar e muito difícil de carregar (transportar) ela.”*

Observa-se pela fala da mãe que apesar de reconhecer que a escola onde sua filha estuda não atende suas necessidades, no que diz respeito à acessibilidade, em nenhum momento desses sete/oito anos, em que a aluna frequenta a mesma escola, a mãe ou qualquer outro familiar lutou para que os direitos de R. fossem validados; percebe-se também que não existe um diálogo entre família e escola a esse respeito, ou seja, a família não cobra e a administração escolar não toma providências, assim a situação vai sendo “empurrada com a barriga” ano após ano sem que gestores e família assumam atitudes de mudança.

Uma colaboração bem sucedida entre o lar e a escola é uma das precondições para a educação bem-sucedida de um aluno com deficiência. Sem essa colaboração e sem a participação ativa dos pais na educação dos filhos, esses alunos tem menor probabilidade de obter bons resultados (PACHECO et al,2007,p.162).

Dessa forma é de vital importância a parceria entre a família e a escola pois quando essa união acontece satisfatoriamente quem ganha é o aluno; portanto a escola deve ser aberta á participação efetiva dos pais além de oferecer o espaço para o diálogo, mais do que isso,deve incentivar a presença e a ajuda dos pais no processo de inclusão de seus filhos.

Para Pacheco et al (2007, p.163), “é essencial que a atitude da administração seja positiva, de modo que os pais sintam-se bem-vindos à escola. É possível uma comunicação real apenas quando o pessoal da escola consegue aproximar-se dos alunos e de seus pais.”

Ao analisar - se as respostas dadas pela mãe durante a entrevista nota- se que ela tem noção de quais são as barreiras arquitetônicas existentes na escola, porém ao ser questionada sobre quais as atitudes tomadas por ela frente a esse desafio sua resposta demonstrou comodismo e passividade: *“Ah! Ela não aprende mesmo,só está aqui para se socializar”*,ou seja, é mais fácil aceitar e ficar quieto que lutar para fazer valer os direitos de sua filha.

Para finalizar, lembramos mais uma vez que acessibilidade arquitetônica é um direito garantido por lei, absolutamente fundamental para que as crianças e jovens com deficiência possam acessar todos os espaços de sua escola e participar de todas atividades escolares com segurança, conforto e a maior independência possível, de acordo com suas habilidades e limitações (SCHIRMER et al,2007,p.108).

Analisando a acessibilidade como um direito do cidadão refletamos: seria mesmo necessário lutarmos para ter nossos direitos garantidos? Não deveria ser dever do Estado cumprir seu papel e fazer valer as leis?

Infelizmente nota-se que nossa sociedade e seus dirigentes ainda não alcançaram tal grau de evolução, portanto cabe a nós cidadãos conscientes e ativos lutarmos por uma mudança de paradigmas, por uma sociedade onde os direitos do homem e a igualdade de oportunidades não sejam uma utopia mas um sonho possível.

## V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre pontos e contrapontos a inclusão em nosso país vai se desenrolando; mudanças, ainda que tímidas, vão ocorrendo na medida em que nós fazemos valer os nossos direitos e lutamos em prol dos nossos ideais. E é nisso que assenta-se o presente trabalho: uma busca pelos ideais de uma escola inclusiva e acessível, que garanta igualdade de oportunidades a todos independente de sua condição física, intelectual, financeira ou qualquer outra, afinal a escola deve ser um bem comum.

É inadmissível que fechemos os olhos para o que acontece a nossa volta, não existem mais (ou não deveriam existir), rótulos para serem usados por pessoas como se fossem um documento pessoal, por exemplo: “fulano de tal **portador da deficiência** tal”. Tais atitudes impedem o indivíduo de ser quem ele realmente é passando a ser apenas um diagnóstico ou um relatório arquivado numa gaveta esquecida pelo tempo.

O ensino em nosso país ainda possui um caráter excludente e não garante o essencial: uma educação de qualidade para todos possibilitando igualdade de oportunidades e garantindo aos ANEE’S uma equiparação de direitos e condições de permanência na escola.

No caso específico dos alunos com deficiência física, que é o eixo central deste trabalho, o caso não é diferente, pois estes se deparam diariamente com as barreiras arquitetônicas existentes nos locais públicos e privados, entre os quais está a escola. Nossos prédios escolares, em sua maioria antigos e antiquados, não oferecem as condições necessárias à acessibilidade autônoma dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida. Também nos prédios novos ainda encontramos muitas barreiras, pois ainda não pauta como preocupação para muitos de nossos engenheiros e arquitetos a questão da acessibilidade.

Considerando-se os dados obtidos durante a realização deste trabalho, constata-se no discurso dos participantes que as barreiras arquitetônicas no ambiente escolar funcionam como entraves à inclusão dos alunos deficientes físicos na medida em que impedem que estes tenham acesso a todas as atividades desenvolvidas pela escola além de não conseguirem se locomover de maneira autônoma dentro do ambiente escolar, não tendo muitas vezes a condição de usar o banheiro de forma independente, o que gera um misto de sentimentos que vão desde a frustração até o descrédito na educação.

Ainda esbarramos nesse e outros entraves na inclusão de nossos alunos mas conseguimos vislumbrar uma luz no fim do túnel, sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer em busca de uma escola inclusiva que ofereça educação de qualidade e que atenda as necessidades especiais de todos os seus alunos quer sejam deficientes ou não, levando em conta os anseios e expectativas de cada um.

A inclusão caminha a passos pequenos e inconstantes, mas que nos dão a esperança de um amanhã diferente para os nossos alunos " mais que especiais".

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: MEC,SEE,2005.5V.:il.color

A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF - 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades.Caderno 3: Implementação do decreto nº 5.296/04 Para Construção da Cidade Acessível. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial,1988.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 23/01/11 às 10:15

\_\_\_\_\_. *Decreto Federal Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004*.

[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Decreto/5296\\_04.html](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Decreto/5296_04.html) Acesso em 22/01/2011

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 23/02/11 às 10:15

Deficiência mental. Deficiência física. - Brasília : Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação a Distância, 1998. 96 p. : il. ; 16 cm. – (Cadernos da TV Escola. Educação Especial. ISSN 1516-1706 ; n. 1)

GIL, Ingrid Lapa de Camillis; SANTOS, Paulo França; BARBATO, Silviane. Capítulo 13: *O aluno com deficiência física na escola*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 259-268

Lamônica, Dionísia Aparecida Cusin et al. **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru.** *Rev. bras. educ. espec.*, Ago 2008, vol.14, no. 2, p.177-188. ISSN 1413-6538

LUDKE, M. André, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.* São Paulo: EPU. 1986.

PACHECO, José et al. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.* Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, Neidson. *Lições do Príncipe e outras lições.* 17<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões da nossa época; v.15)

SCHIRMER, Carolina R. et al. *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.* SEESP/MEC. Brasília, 2007.

SOUZA, Amaralina Miranda ET, AL. *Inclusão: história, conceitos e problematizações.* Brasília: Centro de formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília: MEC/SEB, 2005. 44 p.: il.

SOUZA, P. A. – *O Esporte na Paraplegia e Tetraplegia.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1994. Disponível em <http://ies.portadoresdedeficiencia.vilabol.uol.com.br/DeficienciaFisica.htm>. Acesso em 14/01/2011 as 14:25

## APÊNDICES

### A – (Entrevista aplicada aos professores)

Universidade de Brasília – UnB



Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

POLO UNIVERSITÁRIO DE APOIO PRESENCIAL CORA CORALINA

Cursista: Michelle Cristina de M.C.Damaso

Orientadora: Riane Natália S. Vasconcelos

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as questões. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

#### Entrevista aplicada com as professoras:

- 1) A falta de acessibilidade pode interferir na aprendizagem dos alunos com deficiência física? Justifique.

---

---

---

---

- 2) A escola em que você atua esta fisicamente preparada para receber os dos alunos com deficiência física? Justifique.

---

---

---

---

- 3) A equipe gestora da instituição esta preocupada com a questão da acessibilidade no prédio escolar? Justifique.

---

---

---

---

- 4) Existe ou já existiu algum investimento financeiro voltada para a adaptação do prédio escolar para atender as necessidades dos alunos com deficiência física?

---

---

---

- 5) O Projeto Político Pedagógico da escola contempla em algum momento a questão da acessibilidade dos alunos com deficiência física?

---

---

---

---

- 6) Em sua opinião que tipos de prejuízos as barreiras arquitetônicas da escola podem trazer ao aluno com deficiência física?

---

---

---

---

---

- 7) No caso específico de sua aluna com deficiência física, quais foram às dificuldades encontradas do ponto de vista arquitetônico e como a escola atua frente à superação dessas barreiras?

---

---

---

---

---

Obrigada por sua colaboração!

**B – (Entrevista aplicada a Mãe de aluna com deficiência física)**

**Universidade de Brasília – UnB**



**Instituto de Psicologia – IP**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS**

**POLO UNIVERSITÁRIO DE APOIO PRESENCIAL CORA CORALINA**

Cursista: Michelle Cristina de M.C. Damaso  
Orientadora: Riane Natália S. Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as questões. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

**ENTREVISTA COM MÃE DE ALUNA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

1- Há quanto tempo sua filha estuda na escola atual?

---



---

2- Durante esse período houve mudança com relação à acessibilidade que facilitasse a vida escolar de sua filha?

---



---



---



---

3- Quais foram essas mudanças?

---

---

---

- 4- Em sua opinião as adaptações do prédio escolar facilitariam de alguma maneira a aprendizagem de sua filha? Como?

---

---

---

- 5- Que mudanças você sugere para o prédio escolar?

---

---

---

- 6- Alguma vez a senhora ou alguém de sua família tomou atitudes referentes às mudanças necessárias no prédio escolar, por exemplo, procurou a escola ou as autoridades competentes para solicitar providências nesse sentido?

---

---

---

- 7- Em algum momento a falta de acessibilidade prejudica ou prejudicou a vida de sua filha? Quando?

---

---

---

Obrigado por sua colaboração.

## ANEXOS

### A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(Mãe da aluna)



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP



Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Responsável pela aluna R.,

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “As barreiras arquitetônicas como entraves a inclusão escolar de alunos com deficiência física”, que tem como objetivo principal investigar de que maneira as barreiras arquitetônicas podem dificultar a inclusão escolar de alunos deficientes físicos.

Por você ser a responsável (mãe) da única aluna deficiente física da escola, no momento, gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, que servira como fonte de apoio a presente pesquisa.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e das pessoas entrevistadas será preservada integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natalia Soares Vasconcelos.

---

Ass. do participante

---

Ass. da testemunha

---

Ass. da pesquisadora

## B-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(Professoras)



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Psicologia – IP**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED**  
**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Cara Professora,

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “As barreiras arquitetônicas como entraves a inclusão escolar de alunos com deficiência física”, que tem como objetivo principal investigar de que maneira as barreiras arquitetônicas podem dificultar a inclusão escolar de alunos deficientes físicos.

Por você ser a professora regente da única aluna deficiente física da escola, no momento, gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, que servira como fonte de apoio a presente pesquisa.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e das pessoas entrevistadas será preservada integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natalia Soares Vasconcelos.

---

Ass. do participante

---

Ass. da testemunha

---

Ass. da pesquisadora